



ARMÊNIA / É a primeira vez que um presidente dos EUA usa o nome para se referir à morte de mais de 1,5 milhão de armênios pelo Império Otomano a partir de 1915. Turquia rebate a declaração, classificando-a como “oportunisto político”

Biden reconhece genocídio

Joe Biden reconheceu como genocídio o extermínio armênio pelo Império Otomano a partir de 1915. É a primeira vez que um presidente dos Estados Unidos qualifica dessa forma a morte de 1,5 milhão de armênios durante a Primeira Guerra Mundial. O anúncio feito ontem, no 106º aniversário do início do massacre, gerou uma resposta quase imediata do governo turco, que nega o genocídio. Mais de 20 países e muitos historiadores, porém, se referem ao episódio como um assassinato em massa.

“Os americanos honram todos os armênios que morreram no genocídio que começou há 106 anos”, escreveu Joe Biden em um comunicado. “Estamos afirmando a história. Não estamos fazendo isso para atacar ninguém, mas para garantir que o que aconteceu nunca se repita”, acrescentou o presidente democrata, que havia prometido se posicionar quanto a essa questão durante a campanha eleitoral.

O Ministério das Relações Exteriores da Turquia, em um comunicado, alertou que Biden “distorceu” fatos históricos e “abriu uma ferida profunda que mina a confiança mútua e a amizade”. Pelo Twitter, o ministro da pasta, Mevlut Cavusoglu, manifestou sua insatisfação. “Não temos nada a aprender com ninguém em nosso passado. O oportunismo político é a maior traição à paz e à justiça. Rejeitamos inteiramente essa declaração com base apenas no populismo”, escreveu.

Por sua vez, o primeiro-ministro armênio, Nikol Pashinyan, considerou

que o reconhecimento representa um “grande passo” no 106º aniversário do massacre. Em uma mensagem em sua conta no Facebook, Pashinyan agradeceu Biden “pelo grande passo em direção à justiça e o apoio inestimável aos descendentes das vítimas do genocídio armênio”. Os dois líderes concordaram em se reunir em junho, durante a cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que será realizada em Bruxelas.

Peso simbólico

O Congresso americano reconheceu o genocídio armênio em dezembro de 2019, em uma votação simbólica, mas o presidente Donald Trump, que tinha um relacionamento próximo com o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, se recusou a usar a palavra. Limitou-se a dizer que as mortes eram “uma das piores atrocidades em massa” do século 20. O anúncio de Biden não tem significado jurídico, mas pode piorar as tensões com a Turquia, que, na avaliação do secretário de Estado americano, Antony Blinken, é “um suposto parceiro estratégico” que, “em muitos aspectos, não se comporta como um aliado”.

Na quinta-feira, durante um encontro com conselheiros, sem citar os EUA, Erdogan enviou uma advertência velada a Washington alertando que continuará a “defender a verdade contra aqueles que apoiam a mentira do chamado ‘genocídio armênio’ (...) para fins políticos”. No dia seguinte, em uma conversa por telefone, Biden informou

Karen Minasyan/AFP



O 106º aniversário do início do massacre foi lembrado no memorial dedicado às vítimas

o colega turco sobre sua decisão e manifestou o desejo de estabelecer uma “relação bilateral construtiva”.

Segundo uma autoridade americana que pediu anonimato, o reconhecimento do genocídio é uma forma de “honrar as vítimas, não atacar ninguém”. “Continuamos a considerar a Turquia como um aliado crucial dentro da Otan”, acrescentou em entrevista à agência France-Press de notícias (AFP). Ancara é um importante aliado político e um dos principais

parceiros dos EUA dentro da Otan.

Homenagens

Em paralelo ao debate dos líderes políticos, milhares de pessoas saíram em passeata em Yerevan, capital da Armênia, para recordar o 106º aniversário de um dos períodos mais sombrios da história. Com velas e flores, a multidão marchou do centro da capital até o memorial dedicado às vítimas, uma tradi-

ção na Armênia todo dia 24 de abril.

Os armênios estimam que 1,5 milhão de pessoas foram mortas durante a Primeira Guerra Mundial por tropas do Império Otomano, então aliado da Alemanha e da Áustria-Hungria. A Turquia, resultante do desmantelamento do Império Otomano em 1920, rejeita o termo genocídio, evocando uma guerra civil na Anatólia, associada à fome, que teria provocado a morte de cerca de 300 mil armênios.

INDONÉSIA

Tripulação do submarino não sobreviveu, diz Marinha

Depois da descoberta de destroços na costa de Bali, autoridades indonésias confirmaram que o submarino desaparecido desde quarta-feira afundou e que as 53 pessoas a bordo não sobreviveram. Objetos de dentro do aparelho encontrados no mar, além de uma mancha de óleo, sugerem a ocorrência de “danos irreparáveis”.

“Não poderiam ter saído do submarino sem uma pressão externa ou sem danos em seu sistema de lança-torpe-

dos”, explicou Yudo Margono, porta-voz da Marinha. O anúncio foi feito na manhã de ontem, justamente quando acabou o prazo, estipulado pela Marinha, da reserva de oxigênio que garantiria a sobrevivência da tripulação.

Margono descartou que tenha ocorrido uma explosão. Segundo ele, o mais provável é que o submarino tenha se rompido devido à pressão da água em profundidade superior a seu limite de resistência, de 400 a 500 metros.

Instrumentos de busca identificaram o submarino a 850 metros. Cerca de 20 embarcações foram mobilizadas para localizar o KRI Nanggala 402.

A Marinha garante que o submarino, fabricado na Alemanha e entregue à Indonésia em 1981, estava em boas condições de serviço. O KRI Nanggala 402 solicitou autorização para submergir na quarta-feira pela manhã, em uma operação de manobras militares, e desapareceu.

Handout



Militar mostra pedaço da embarcação encontrado no mar: 53 pessoas a bordo



PAULO DELGADO

contato@paulodelgado.com.br

Com Henrique Delgado

CLIMA PESADO PARA O BRASIL

Os EUA são um país tão senhor de si que não respeitam quem rasteja em sua direção. Sua elite no poder percebe logo o aliado com futuro extraviado. E, como país duro na guerra, é impiedoso na sutileza do recado e da inflexão diplomática. A Cúpula do Clima foi um cala à boca para o governo do Brasil.

Sinal do esfecelamento da elite oficial brasileira aos olhos da diplomacia mundial e da evidência de que o governo não tem mais interlocução internacional, a Cúpula Virtual do Clima foi o mais duro recado que o Brasil já recebeu publicamente. Não há nenhum indicador comparativo que nos coloque em 20º lugar na hierarquia das nações como ocorreu. Nem se conhece desfeita tão ostensiva como o fato de o anfitrião se retirar na hora do discurso do convidado. Com autoridade sem credibilidade, não

tem conversa. O Brasil foi tratado como intruso.

Noves fora a dificuldade que os EUA têm em fazer mea-culpa — por canais abertos — por terem dado corda para a pirotecnia político-judicial que hoje sufoca o Brasil, a Cúpula de Líderes para o Clima deixa claro que o mundo já se livrou de Trump e o Brasil segue deslocado do prumo. Mesmo entre a quase unanimidade de opinião de que a mudança na chefia do Itamaraty tirou o órgão do fundo do poço, há quem diga que o chanceler Carlos França não estaria talhado para a tarefa por ser mais afeito à área do cerimonial. Pois bem, foi o cerimonialista-chanceler que os EUA escolheram para explicar ao presidente do Brasil o que de fato aconteceu. Geopolítica se faz, também, em termos simbólicos, especialmente na estrutura dessa virtual cúpula onde quase tudo é cerimonial. Logo, ele deve, rapidamente, interpretar muito bem a mensagem de “chega para lá” que foi enviada ao Planalto.

Biden abriu o evento com a cúpula de sua diplomacia, fazendo com que Kamala Harris — por tudo o que ela representa e para o que está sendo preparada — falasse antes dele. Em seguida, ouviu de pronto o secretário-geral da ONU e os representantes dos dois maiores povos do planeta (China e Índia). Depois, honrou o Reino Unido — já fora da União Europeia — ao qual se somaram os

outros dois aliados principais, Japão e Canadá. Dali pra frente, ouviu o restante dos Brics (menos, ostensivamente, o Brasil), mais os três maiores países da União Europeia.

Ouviu também a Indonésia, país que caminha para 300 milhões de habitantes e com problemas florestais parecidos com os do Brasil. Por último, ouviu o presidente das Ilhas Marshall, um território independente associado que conta com menos de 60 mil habitantes e sofre, desproporcionalmente, com a mudança climática que eleva o nível dos oceanos.

Nesse momento — de um modo entre o brusco e o jocoso — é informado que Biden se ausentará da sala, mas retornará.

Começa, então, a segunda classe de participações. Iniciada simbolicamente pela Argentina, país com menos de um quarto da população brasileira e um presidente herdeiro de tradição política que incomoda parte dos EUA por sua não submissão à hegemonia americana. Cavalheiros, leiam que a Argentina é, hoje, a melhor combinação entre importância e respeitabilidade na América Latina.

Depois de mais dois expositores, Bolsonaro leu sua mensagem — sem ser ouvido por Biden — entre representantes de dois regimes sui generis: Arábia Saudita e Butão. Falou após o rei saudita — a au-

toocracia com a qual os EUA mantêm a relação mais paradoxal possível por razões de petróleo e guerra. País de importância geopolítica, mas que se os EUA cumprirem suas metas a favor do clima e dos direitos humanos, precisará se reinventar. Teve, inclusive, que dar a palavra ao rei Salman, já que o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, que de fato governa o país, está queimado, inclusive por se envolver em assassinato de jornalista dissidente.

A maldade principal é o enquadramento. Colocar na mesma foto a Arábia Saudita, como a cara do problema do CO2 por conta do petróleo, e o Brasil, como a cara do problema do metano por conta da agropecuária e do desmatamento, é um claro alerta de risco econômico monumental.

Não é por falta de aviso. É injusto com o Brasil? É. Mas o governo colhe o que planta. Afinal, quem achou que bastava hastear uma bandeira americana na frente do Planalto, se meter na eleição de lá para achincalhar a democracia brasileira e fazer o que dá na telha, ia acabar falando sem ser ouvido. Por enquanto, o nível é do cerimonial. Para o mercado de aventureiros, não tem importância, mas são de não-importâncias assim que o país vai perdendo o seu maior mercado, seu capital material e imaterial.

■ Paulo Delgado, sociólogo